

ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO E FORTALECIMENTO DA PRODUÇÃO E PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS NA COMUNIDADE TRADICIONAL DO QUEBRA FOGO, IRARÁ – BAHIA

Jasciene Goes Batista¹; Kássia Aguiar Norberto Rios²

¹Discente do Curso Superior de Tecnologia em Alimentos - CETENS – UFRB; jasciene@cediter.org.br ²Orientadora – Profa. Kássia A. N. Rios - CETENS – UFRB. kassiarios@ufrb.edu.br

RESUMO

A produção camponesa é responsável por colocar alimentos de qualidade na mesa da população, garantindo, assim, a Segurança Alimentar e Nutricional no viés de uma produção que respeita a relação homem-natureza. Nesse sentido, a presente pesquisa, desenvolvida na comunidade tradicional de Quebra Fogo, município de Irará/BA, tem como objetivo, a partir da aplicação da ferramenta do Diagnóstico Rural Participativo - DRP, desenvolver estratégias que contribuam para a melhoria do desenvolvimento e fortalecimento da produção local de alimentos. Para alcançar o objetivo proposto, utilizamos de técnicas e ferramentas da pesquisa participante, com o desenvolvimento da pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Nesta última, destacam-se a realização de oficinas, aplicação de diagnóstico, reuniões, etc. Como resultados destacamos: agricultores com espaço de produção dos alimentos com maquinários, possibilitando uma agregação de valor à produção; elaboração de rotulagem aos alimentos; aquisição de manivas de mandioca mansa para atender ao mercado consumidor; aumento da produção local; agricultores acessando o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o mais importante, a comunidade visualizou, através da pesquisa, que as estratégias na produção de alimentos são de fundamental importância para a reprodução social no território, em especial quando analisamos o mesmo no âmbito das contradições inerentes à questão agrária. Dessa forma, tais ações possibilitaram um olhar crítico por parte dos moradores para as questões que impedem o desenvolvimento local ao mesmo tempo apontando meios para o seu enfrentamento.

Palavras-chave. Produção de alimentos; comunidade rural; fortalecimento da produção.

ABSTRACT

Peasent production is responsible for putting quality food on the populations table, thus ensuring food and nutritional security in the bias of a production that respects the relationsship between man and nature. In this sense, the present research, developed in the traditional Community of Quebra-Fogo, municipality of Irará-BA, aims to carry out an analysis in the Community organization from the application of the Participatory Rural Diagnostic tool-DRP and to present strategies that contribute to the improvement development and strengthening of local food production. To achieve the proposed objective, we used the techniques and tools of participatory research with the development of bibliographic, documentary and field research in the latter, the workshops, diagnostic application, meetings, etc stand out. As a result, we highlight Agrater concern with the presentation of local production, farmers with food production space with machinery enabling an aggregation of production value, insertion of food labeling acquisition of manioc seeds variety. Of Sweet cassava thus serving the consumer market, increase of local production, farmers accessing the paa and PNAE, most inportantly, the Community visualized through the research that the strategies in the production of food are af fundamental inportance for the social reproductin in the territory due to the agrarian question that by itself does not guarantee the permanence due to the percentage of land for the residents, being of fundamental imprtance the Search for innovatios. In these terms, such actions made it possible for the residents to take a critical look at the issues that impede local development, while at the same time pointing out means of confrontation.

Key words: Food production; rural community; strengthening of production.

$1-INTRODUÇ\tilde{A}O$

A produção de alimentos da agricultura familiar está presente em todo território brasileiro, porém, a sua diversidade necessita de uma maior visibilidade, principalmente na garantia da Soberania Alimentar e Nutricional da população, uma vez que são os agricultores familiares que garantem a diversidade alimentar na mesa da população.

O desejo de estudar e contribuir com a produção de alimentos na comunidade nasce no âmbito do Curso Superior de Tecnologia em Alimentos, do Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade (CETENS), da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB e principalmente através do histórico pessoal e profissional da autora.

Estudante Quilombola, oriunda da comunidade da Pedra Branca município de Irará/BA, liderança comunitária e mãe de três filhos, venho¹ desenvolvendo o cultivo e a produção de alimentos como principal fonte de renda familiar, em terras herdadas dos meus pais.

_

¹ Este trabalho será apresentado em primeira pessoa, pois se trata de uma pesquisa realizada na comunidade da qual a autora faz parte, neste caso, me coloco enquanto sujeito e como pesquisadora em formação, buscando entrelaçar as dimensões pessoal e acadêmica.

Desde os oito anos de idade, em tempo cronológico, desde os anos de 1980 tenho uma vida pautada no labor do campo, mais especificamente no trabalho com o cultivo de fumo, mandioca, milho e feijão, junto à 15 irmãos, que de maneira feliz participavam do processo de produção, a fim de ajudar os pais no trabalho cotidiano.

Nesta época, não se falava em políticas públicas e direito para o homem do campo: éramos um grupo em seu território isolado, sem apoio algum do Estado. Além do plantio do fumo, mandioca (manihot esculenta) feijão (Phaseolus vulgaris), batata doce (Ipomoea batatas), abóbora (Cucurbita), laranja(Citrus x sinensis), lima (Citrus × aurantiifolia), caju (Anacardium occidentale), manga (Mangifera indica), cajá (Spondias mombin), maracujá (Passiflora edulis), coco (Cocos nucifera), andú (Cajanus cajan), mangalô (Dolichos lablab), fava (Vicia faba), banana (Musa), acerola (Malpighia emarginata), siriguela (Spondias purpúrea), abacaxi (Ananas comosus), pinha (Annona squamosa), etc.

A mandioca (*manihot esculenta*), sendo classificada como mandioca mansa e brava, diferenciadas através da quantidade de ácido cianídrico (HCN), a mandioca mansa apresenta 50 mg/Kg enquanto a brava contém 100 mg/Kg e continua sendo fundamental para a alimentação de milhares de famílias do município de Irará, pois através dela fabricamos diversos derivados: farinha, beiju, tapioca, bolos, etc., tanto para alimentação quanto para a comercialização.

Aos 18 anos concluí o ensino médio na modalidade de Magistério, depois cursei técnico em agropecuária na fundação Bradesco e, posteriormente, fui trabalhar como técnica de agropecuária em uma Organização da Sociedade Civil (OSC), chamada Comissão Ecumênica dos Direitos da Terra (CEDITER). Essa trajetória me possibilitou participar de movimentos sociais, reuniões, eventos, formações e em 2018 passei a fazer parte da diretoria executiva da Associação Rural do Quebra Fogo, na posição de presidente.

Ainda em 2018, ingressei no Curso Superior de Tecnologia em Alimentos da UFRB. Um curso que desenvolve a formação dos discentes com base nas concepções e princípios da Educação do Campo, no qual o desenvolvimento territorial do campo, com base na agricultura familiar, encontra-se no centro de todo o processo formativo.

Portanto, foi com base na minha vivência pessoal, atuação profissional e como estudante deste Curso que nasceu o desejo de construção desta pesquisa, que tem como objetivo desenvolver estratégias que contribuam para a melhoria do desenvolvimento e fortalecimento da produção de alimentos na comunidade tradicional do Quebra Fogo, Irará/BA.

2 – PERCURSO METODOLÓGICO

O percurso metodológico desta pesquisa teve seu início ainda na chegada à universidade em 2018, a qual me despertou para um conhecimento profundo de questões que norteiam a comunidade onde nasci, me criei e continuo na perpetuação da minha origem, tendo como principal atividade econômica a produção de alimentos. O primeiro percurso se deu com a aplicação do Diagnóstico Rural Participativo-DRP, ferramenta essa que possibilita um olhar holístico da comunidade e em paralelo, a aplicação de questionário com os agricultores/as.

2.1 CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DA PESQUISA

A comunidade tradicional do Quebra-Fogo possui aproximadamente 280 habitantes e tem como principal fonte de renda a agricultura familiar. A maioria das famílias desenvolvem suas atividades em uma área de terra de no máximo duas tarefas, a documentação da mesma é através de contrato ou declaração de posse, integra um conjunto de muitas outras comunidades que fazem parte do município de Irará.

O município está localizado no estado da Bahia, no território de identidade Portal do Sertão e de acordo com os dados do IBGE (2010), conta com uma população de 29.034 habitantes, sendo 13.567 considerada rural e 9.479 urbanas. A principal fonte de renda da população é a agricultura, o programa Auxílio Brasil e a aposentadoria.

Na atualidade, possuem água encanada e energia, mas a comunidade não possui um posto de saúde, sendo necessário que os moradores se desloquem para o centro da cidade quando precisam de atendimento médico. Havia uma escola, que hoje se tornou sede da associação local.

A cultura da comunidade do Quebra Fogo é bastante vasta, com destaque para a questão religiosa. Uma tradição bastante forte na comunidade é que toda casa tinha seu oratório, que é um quarto com várias imagens de santos, onde eram realizados momentos de reza com os moradores.

Após a reza, sempre tinha um momento de confraternização entre todos com algum tipo de alimento, como arroz doce, mungunzá, pipoca, caruru, etc. Uma das rezas que se destacava era a de são Cosme e São Damião, com a tradição de passar de casa em casa com o santo enfeitado, dentro de uma caixa com um guarda-chuva. A cada casa as pessoas davam dinheiro,

para ajudar na compra de alimentos que seriam utilizados no dia da reza, algo que não existe mais na comunidade.

Uma cultura que permanece na comunidade são os mutirões, que acontecem praticamente todos os anos, seja na associação, quando há necessidade, ou para organizar o espaço para eventos nas propriedades dos(as) agricultores(as). Esses mutirões são mais frequentes nas casas de farinha, durante o fabrico da farinha.

Um dado bastante curioso é que a maioria das mulheres da comunidade estão presentes, com as crianças ao lado das mães. Conforme já pontuado, na comunidade as atividades econômicas baseiam-se na agricultura familiar, que sempre foi e continua sendo, o meio de renda das famílias.

A produção agrícola na comunidade do Quebra Fogo é desenvolvida em pequenas propriedades, sendo que os agricultores junto a associação local, se mobilizam para uma produção mais diversificada, garantido a Segurança Alimentar e Nutricional.

Outro aspecto da comunidade é a dificuldade de acesso a algumas políticas públicas, tais como o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, o Seguro Safra e a Titulação de Terra, necessários para elevação da renda e a garantia da permanência do campesinato. A comunidade do Quebra Fogo sempre foi uma comunidade esquecida pelas políticas públicas.

Os(as) agricultores(as) se encontravam em um cenário de dificuldade em relação à comercialização, pois na maioria das vezes produziam e não tinham como fazer o escoamento da produção.

Diante desse cenário, a comunidade está desmotivada com relação à permanência no campo, algo evidenciado através do êxodo rural da juventude, onde a maioria já se encontra fora da comunidade.

Uma das estratégias criadas pelos(as) agricultores(as) é o fortalecimento da Associação. A criação da Associação Rural da Região do Quebra Fogo se deu pela necessidade em ter um espaço coletivo, para que os moradores se organizassem a fim de buscar por necessidades básica como água encanada, energia elétrica e outras políticas públicas para a comunidade.

Hoje, a associação tem 86 sócios e representa um espaço de luta e resistência na busca por direitos dos moradores. Desde sua constituição, que se deu no dia 30 de março de 1999, vem desenvolvendo ações para garantir o desenvolvimento da agricultura familiar na comunidade, a fim de contribuir com a permanência dos agricultores, sobretudo da juventude.

2.2 A CONSTRUÇÃO DO DIAGNÓSTICO RURAL PARTICIPATIVO (DRP)

O Diagnóstico Rural Participativo (DRP) "é um conjunto de técnicas e ferramentas que permite que as comunidades façam o seu próprio diagnóstico e a partir daí comecem a auto gerenciar o seu planejamento e desenvolvimento" (VERDEJO, 2010, p.12). Foi nesse propósito que realizamos a atividade a fim de buscar uma autorreflexão dos sujeitos que compõem a história de Quebra Fogo.

Reforçando esta ideia Vertejo nos diz que, "Não se pretende unicamente colher dados dos participantes, mas sim, que estes iniciem um processo de autorreflexão sobre os seus próprios problemas e as possibilidades para solucioná-los". (2010, p. 12)

O recorte empírico da pesquisa, conforme já pontuado, foi a Comunidade do Quebra Fogo, com destaque aos agricultores e agricultoras que se dedicam à produção de alimentos no local. O Diagnóstico Rural Participativo - DRP, foi realizado na sede da Associação Rural da Região do Quebra Fogo- ARRQF, no dia 13-12-2018, com a participação de alguns docentes e discentes da UFRB e os integrantes da comunidade, iniciamos o encontro com dinâmica de divisão em grupos para realização das tarefas.

Um grupo ficou responsável pela construção do mapa da comunidade, onde foram discutidas e desenhadas as informações da comunidade (moradores, recursos hídricos, vegetação, nascentes, agroindústria, plantios e criações). Naquele mesmo momento, outro grupo discutia os problemas, bem como, as causas e consequências enfrentadas na produção de alimentos.

Com a aplicação de algumas ferramentas, dentre elas: Árvore de Problemas, Diagrama de Venn (figura 1), fizemos um levantamento da situação atual na produção de alimentos. Com a ferramenta da Árvore de Problemas, visualizamos o problema central da comunidade que foi a falta de recurso financeiro, se tornando um entrave na produção de alimentos.

Observando as causas e consequências, caso não tivesse uma intervenção junto ao problema, na ferramenta do diagrama de Venn, visualizamos as entidades parceiras que estavam presentes na comunidade sendo elas a Comissão Ecumênica dos Direitos da Terra – CEDITER, a Rádio comunitária Irará FM e a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Enquanto na ferramenta do desenho da propriedade visualizamos todos os aspectos da mesma, como moradia, vegetação, sede de associação etc.

Após a conclusão da Árvore de Problemas ficou evidenciado como maior problema enfrentado pelo grupo, a falta de recurso financeiro, que impede o avanço da produção de alimentos na comunidade, uma vez que, mesmo com a produção na propriedade, é necessária

uma maior qualificação, principalmente em agregar valor aos produtos, assim como, a necessidade de logística que possibilite levar a produção para outros consumidores.

Foi observado através da ferramenta aplicada, que existem muitos obstáculos a serem superados, pois como relata a senhora Gilvanete Goes, agricultora da comunidade, "sem verba não dá nem para entregar os pedidos ou até mesmo comprar alguns materiais que não se tem na propriedade".

Através do Diagrama de Venn, identificamos muitos parceiros que realizam ou já realizaram atividades na comunidade, dentre eles: Comissão Ecumênica Dos Direitos da Terra - CEDITER, Banco Do Nordeste - BN Associação Rural da Região do Quebra Fogo, ARRQF, Cooperativa dos Produtores Rurais de Irará - COOPRIL, IRARÁ FM, Escola Família Agrícola (EFA), UFRB, Sindicato Dos Trabalhadores Rurais de Irará (STRI), Secretaria de Agricultura.



Figura 1. Oficinas para aplicação do Diagnóstico Rural Participativo na comunidade, 2019.

Fonte: Registros Fotográficos da Autora, 2019.

2.3 APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIO COM OS AGRICULTORES/AS

Outra metodologia utilizada durante o desenvolvimento da pesquisa foi a aplicação de questionário. O questionário é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito sem a presença do entrevistador." (LAKATOS, 2003 apud BATISTA 2016, p.33). Com a aplicação do questionário, pretendíamos a obtenção de um retrato da realidade da comunidade estudada, a fim de traçarmos ações e estratégias que viabilizassem o enfrentamento das questões inerentes à mesma.

É importante destacar, conforme citado, que essa pesquisa teve início no ano de 2018, logo, alguns questionários aplicados no período de 2020 a 2021 (pandemia da Covid-19) foram

respondidos sem contato físico, via WhatsApp e Google Formulário. Foram aplicados 30 questionários, sendo 25 de modo virtual e 05 de modo presencial (Apêndice 1).

Além das atividades descritas, visando atender as demandas apresentadas no DRP, buscamos desenvolver ações formativas voltadas ao desenvolvimento e fortalecimento da produção e processamento de alimentos no local. Em síntese, os procedimentos metodológicos foram muito importantes na elevação da autoestima da comunidade.

Uma das ações desenvolvidas durante a pesquisa, visando conhecer ainda mais a comunidade, em especial no que se refere à produção de alimentos, foi a aplicação de questionários (Apêndice 1) com moradores(as) e produtores(as) da comunidade.

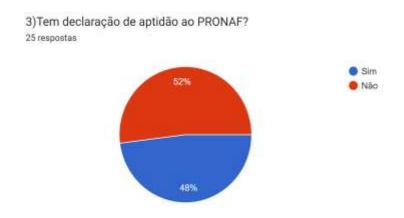
Ao analisar os dados coletados, a maioria das mulheres se declararam chefes de família, mostrando sua participação na grande maioria dos estabelecimentos produtivos e a necessidade de investimento nas políticas públicas que tenham um olhar efetivo para as mulheres, sobretudo as mulheres do campo.

Destacamos que a maioria 52%, não tem Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). A DAP é um documento muito importante para os(as) agricultores(as), pois agrega e possibilita o acesso a várias políticas públicas. Diante dessa realidade, pensamos junto à associação em um debate para o acesso da mesma por parte de outras mulheres, algo pensado durante a nossa intervenção, na busca por aumentar o percentual de membros na comunidade que possuam a declaração.

Essa dificuldade em ter o documento se justifica na situação da terra, pois muitos não possuem documentação, sendo a maioria agricultores(as) que utilizam a terra por meio de contratos (comodatários, meeiros e posse).

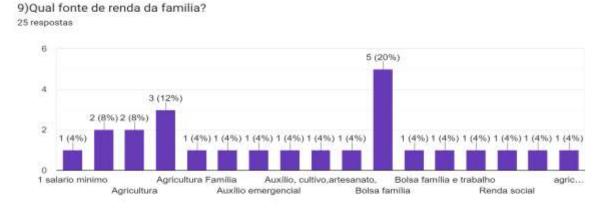
Ainda nesse contexto, observamos que os(as) agricultores(as) que têm em média de 60 a 70 anos são os(as) que possuem documento registrado em cartório. Outro dado apresentado através do questionário, que na comunidade a maioria necessita do programa de transferência de renda, o chamado Auxílio Brasil como complementação da renda familiar.

Gráfico 1. Questionário aplicado aos produtores da comunidade. Questão 3.



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Gráfico 2. Questionário aplicado aos produtores da comunidade. Questão 9.



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Foi através da aplicação do DRP e dos questionários que chegamos a análise da realidade vivenciada pelos agricultores da comunidade e objetivamos a construção de estratégias de desenvolvimento e fortalecimento da produção e processamento de alimentos na comunidade tradicional do Quebra Fogo, que diversas ações foram pensadas, planejadas e executadas, aos quais os resultados consistem no corpo deste relato de experiência.

3 – RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 A COMUNIDADE TRADICIONAL DO QUEBRA FOGO, IRARÁ: TERRITÓRIO DE PRODUÇÃO, CULTURA E RESISTÊNCIA

O Município conta com uma estrutura fundiária bastante preocupante, com um Índice de Gini de 0,773. Por trás deste número, há uma grande concentração de terra nas mãos de poucos, sendo a sua posse pertencente a quatro grandes proprietários.

As terras que eram destinadas à produção de alimentos da agricultura familiar estão sendo ocupadas com criação de gado, interferindo diretamente na renda da maioria da população local, enquanto apenas quatro famílias dominam grande parte da extensão territorial do município.

Em Irará, um módulo fiscal equivale a 30 ha. É observado na comunidade estudada que os camponeses possuem minifúndios com 1 ha, evidenciando a necessidade de pensar estratégias de produção que fortaleçam a comunidade, na perspectiva da busca por alternativas para a sua reprodução social.

Outra evidência notável é que a comunidade estudada necessita de um plano de estruturação e permanência da produção local, em observação à Lei nº 5.868/72, sobre a fração mínima de parcelamento da terra (FMP), para a fração mínima da propriedade em Irará, ou seja, a quantidade de terra que uma família necessita para se manter na produção e reprodução é de 2 ha, em média cinco tarefas.

É notório que todas as propriedades da comunidade do Quebra Fogo, são consideradas minifúndios, com uma área que, segundo os parâmetros apresentados, a depender do tamanho e da quantidade das famílias, não garante uma condição de produção e reprodução para se manter no seu território, considerando-os assim como "Sem Terra". Portanto, a pesquisa evidenciou mais uma vez, a necessidade de buscar um planejamento que garanta a sobrevivência desses sujeitos, algo que foi demonstrado nas Tabelas 01 e 02.

Tabela 1. Estrutura fundiária do município de Irará, Bahia – 2017.

| 909 | Area (%) | Estabelecimento (%) | Area (ha) | Estabelecimento (nº) | Grupo de Área | |
|------|-----------------|---------------------|--------------|----------------------|-------------------------|------------------|
| 80% | 0.01 | 0.58 | 1 | 19 | de 0 a menos de 0,1 ha | |
| 709 | 0,03 | 0,82 | 4 | 27 | 0,1 a menos de 0,2 ha | |
| | 2,25 | 25,14 | 294 | 828 | 0,2 a menos de 0,5 ha | |
| cne | 5.04 | 25,56 | 659 | 842 | 0,5 a menos de 1 ha | De 0,5 a meno |
| 609 | 7,60 | 20,95 | 995 | 690 | e 1 a menos de 2 ha | De 1 a menos |
| 5.00 | 5,24 | 8,71 | 685 | 287 | e 2 a menos de 3 ha | De 2 a menor |
| 509 | 4.04 | 4.71 | 528 | 155 | e 3 a menos de 4 ha | De 3 a menos |
| *** | 3,58 | 3,22 | 468 | 106 | e 4 a menos de 5 ha | De 4 a menos |
| 409 | 8,14 | 4,68 | 1.065 | 154 | e 5 a menos de 10 ha | |
| | 9,72 | 2,70 | 1.272 | 89 | 10 a menos de 20 ha | De 10 a menos |
| 309 | 12.71 | 1,58 | 1.663 | 52 | 20 a menos de 50 ha | De 20 a menos |
| | 8,06 | 0.46 | 1.055 | 15 | 50 a menos de 100 ha | De 50 a menos |
| 209 | 7,75 | 0.24 | 1.014 | 8 | 100 a menos de 200 ha | |
| | 16,05 | 0,18 | 2.100 | 6 | 200 a menos de 500 ha | De 200 a menor |
| 109 | 5,73 | 0,03 | 750 | i | 00 a menos de 1.000 ha | |
| | 4,06 | 0.03 | 531 | 1 | 000 a menos de 2,500 ha | De 1,000 a menos |
| 09 | 7/ | - | - | - 12 | 00 a menos de 10,000 ha | De 2,500 a menos |
| | 20 | | - 6 | (6) | De 10,000 ha e mais | |
| | - 88 | 0,43 | 38 | 14 | Produtor sem área | |
| | 100 | 100 | 13.084 | 3.294 | Total | |

Fonte: GEOGRAFAR, 2022.

Tabela 2. Índice de Gini do município de Irará, Bahia – 1920 à 2017.

| anos | Índice de Gini |
|------|----------------|
| 2017 | 0,773 |
| 2006 | 0,715 |
| 1996 | 0,727 |
| 1985 | 0,698 |
| 1980 | 0,712 |
| 1975 | 0,691 |
| 1970 | 0,684 |
| 1960 | 0,705 |
| 1950 | 0,704 |
| 1940 | 0,665 |
| 1920 | 0,941 |

Fonte: GEOGRAFAR, 2022.

Os dados do Censos Agropecuários dos anos de 1920 a 2017, disponibilizados pelo IBGE (2017) e sistematizados pelo grupo de pesquisa Grupo de Pesquisa Geografia dos Assentamentos na Área Rural (GEOGRAFAR), conforme apresentado nas Tabelas 1 e 2, indicam que a estrutura fundiária do município de Irará é composta por 1.716 minifúndios, 1.132 pequenas propriedades, 349 médias propriedades e 83 grandes propriedades, somando a estes dados, numa análise local no município, um dado que chama atenção é que a concentração de terra está em apenas 4 pessoas. Nos vemos diante de um contexto de contradição, exclusão, invisibilidade e negação de direitos à população do campo.

O processo de colonização do nosso país, marcado por um momento exploratório de riqueza, nos deixou marcas bastantes profundas, sobretudo no que diz respeito ao uso, à posse e à propriedade da terra, deixando de ser um bem da natureza para se tornar uma mercadoria especial através da propriedade privada.

No entanto, ao se introduzir nesse bem da natureza o direito à sua propriedade privadae, com ele, a cerca, a delimitação de tamanho etc.-, a terra passou a ser regida pelas mesmas regras do capitalismo. Assim, cada vez que o capitalista agrícola ganha mais dinheiro, tem mais lucros e acumula capital, ele vai comprando mais terras de outros proprietários privados (CALDART, 2012, p. 639).

Dessa forma, a concentração de terra se tornou mais fácil para os dominadores do capital, deixando grande parcela da sociedade vulnerável, sem-terra, sem trabalho e sem renda. A propriedade privada, foi e continua sendo, uma forma intencional de produção de riqueza.

A propriedade é uma condição jurídica, estabelecida a partir do capitalismo, que garante o dinheiro de uma pessoa, empresa ou instituição que possua dinheiro-capital para compor e ter a propriedade privada, podendo cercá-la e ter absoluto controle sobre ela, impedindo que outros a ela tenham acesso (CALDART, 2012, p. 641).

Nesse contexto chamamos a atenção para a realidade vivenciada pelas comunidades tradicionais, em especial aquelas situadas no município de Irará e que se reconhecem como quilombolas. A Constituição Brasileira nos diz que comunidades tradicionais são grupos que possuem culturas diferentes da cultura predominante na sociedade e se reconhecem como tal. (BRASIL, 1988)

Estima-se que cerca de 4,5 milhões de pessoas fazem parte de comunidades tradicionais no Brasil, ocupando 25% do território nacional. É importante destacar que Irará possui, em média, mais de 100 comunidades como: Santo Antônio, Paramirim, Caroba, Murici, Serra do Cruzeiro, Loja, Buri, Cacimba, Juazeiro, Quebra Fogo, etc.

Essa última, foi escolhida como recorte especial e analítico desta pesquisa. Muitas destas comunidades se identificam enquanto quilombolas, sendo que apenas quatro delas foram certificadas pela Fundação Cultural Palmares: Olaria, Massaranduba, Tapera Melão e Baixinha.

Mesmo sendo certificadas enquanto quilombolas, tais comunidades ainda não possuem a regularização de seus territórios, o que intensifica ainda mais o cenário de contradições e desigualdades existentes no município, que por vezes também configuram a questão agrária local.

Conforme já pontuado, a economia da maioria dos moradores tem como base a agricultura camponesa, sendo necessária a complementação do auxílio emergencial, podemos destracar, através das agroindústrias, o fabrico dos derivados da mandioca (beiju, biscoito de goma, batata, aipim, etc.). Além da mandioca, destacam-se os cultivos de milho, feijão, batata doce, etc.

Desta forma, escrever sobre a importância dos alimentos da comunidade do Quebra-Fogo foi fundamental para a qualificação da produção, que há décadas vem sendo cultivada com poucos incentivos, tanto tecnológicos quanto de acompanhamento técnico e, mesmo assim, tem garantido a sobrevivência de diversas de famílias da comunidade.

Através do desenvolvimento desta pesquisa, esperávamos contribuir para que a produção de alimentos na comunidade seja fortalecida, promovendo uma melhor qualidade de vida aos agricultores/as locais e o aumento da renda familiar, através da organização da produção, processamento e agregação de valor aos alimentos.

Durante esse processo as mulheres e os filhos tiveram um papel muito importante na produção, fazendo com que muitos optassem pelo trabalho ao invés dos estudos, prova disso é que a maioria dos agricultores entre 50 e 60 anos não concluíram seus estudos. De um lado, garantiram junto aos pais a posse da terra com muito sacrifício, por outro lado foram negados os direitos básicos à educação.

Um cenário bastante preocupante, sobretudo da juventude, uma vez que, os mesmos não visualizavam por parte de sua família uma melhoria na qualidade de vida, levando-os ao êxodo rural, ou seja, à saída da comunidade a fim de buscar outro espaço que lhes garanta o mínimo de sustento. Fato observado durante o processo de pesquisa, pois muitos dos filhos da comunidade se encontravam na capital da Bahia, Salvador, no estado de Santa Catarina e em outros estados do país.

O papel da mulher nesse processo era o trabalho diário junto aos filhos e maridos. Como as famílias eram grandes, estas eram responsáveis pelo trabalho doméstico e produtivo na lavoura.

Conforme já pontuado, na comunidade as atividades econômicas são baseadas na agricultura familiar, que sempre foi e continua sendo o meio de renda das famílias. Outro complemento da renda é a inserção em programas de transferência de renda, como o Bolsa Família e o Auxílio Brasil, chegando a 98% da população, bem como a aposentadoria rural.

A produção agrícola na comunidade do Quebra Fogo é desenvolvida em pequenas propriedades e o tamanho das terras tem em média 4 a 5 tarefas, mostrando que é insuficiente para a produção, devido à quantidade de pessoas que dependem da terra para gerar a renda familiar. Com isso, os(as) agricultores(as), junto a associação local, se mobilizam para uma produção mais diversificada, garantido a Segurança Alimentar e Nutricional.

A questão das terras e os desafios vivenciados pela comunidade na produção de alimentos configuram aspectos da questão agrária local. A negação do direito ao acesso à terra é presente quando vemos que a maioria dos camponeses são meeiros, posseiros e arrendatários, pouquíssimos tem o registro de propriedade, resquícios do processo de colonização.

Outro aspecto da questão agrária é a dificuldade de acesso a algumas políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, o Seguro Safra e a Titulação de Terra, necessárias para elevação da renda e a garantia da permanência do campo.

Uma das estratégias criadas pelos(as) agricultores(as) foi a organização de uma Associação. A criação da Associação Rural da Região do Quebra Fogo aconteceu pela necessidade em ter um espaço coletivo, para que os moradores da mesma se organizassem a fim de buscar as necessidades básicas como água, energia elétrica e outras políticas públicas para os moradores.

3.2 PRODUÇÃO E O PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS NA COMUNIDADE DO QUEBRA FOGO, IRARÁ-BAHIA

Os camponeses do Quebra Fogo, vem garantindo os elementos da cultura através da produção de alimentos de forma agroecológica, respeitando a relação com a natureza e a preservação do meio ambiente, bem como, a permanência da cultura viva através do samba de roda, material de cipó, etc.

As comunidades tradicionais têm um brilhante papel na preservação da arte do fazer e da cultura na busca da continuidade das espécies, destacando a produção de alimentos na perspectiva da agricultura familiar e da agroecologia. A agroecologia surge nos "anos 80 a partir dos trabalhos de Miguel Altieri e, posteriormente, de Stephen. No Brasil, essa ciência começou a tomar corpo em 1989, com a publicação do livro Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa, de Miguel Altieri" (CALDART, 2012, p. 59).

Como ciência, a agroecologia emerge de uma busca por superar o conhecimento fragmentário, compartimentalizado, cartesiano, em favor de uma abordagem integrada. Seu conhecimento se constitui, mediante a interação entre diferentes disciplinas, para compreender o funcionamento dos ciclos minerais, as transformações de energia, os processos biológicos e as relações socioeconômicas como um todo na análise dos diferentes processos que intervém na atividade agrícola (CALDART, 2012, p. 60).

Nesse viés, a agroecologia se propõe ao cuidado, a defesa da vida, a produção de alimentos e a consciência política, na busca da Soberania Alimentar, no resgate dos territórios e na luta por reforma agrária integrada.

Na comunidade tradicional do Quebra Fogo, hoje, a agroecologia consiste na base da produção de alimentos. Em análise do DRP, é notório que a comunidade por muito tempo foi vítima de um modelo de produção predatório, que não se preocupava com o desenvolvimento sustentável, retirando elementos de grande importância para a permanência do campesinato local, a exemplo de suas matas nativas. "A vegetação era formada por uma densa mata de vegetal denominada Candeia, hoje praticamente extinta, assim como as nascentes que tinham na comunidade na cor da água azul cristalina" (Depoimento, pesquisa de campo, 2022).

Através da pesquisa de campo, foi possível constatar que a produção de alimentos na comunidade do Quebra-Fogo vem se modificando no decorrer dos anos. Na década de 1970, predominava a cultura do abacaxi e do fumo, segundo relato de moradores, saiam caminhões de abacaxis e fardos de fumo para outras cidades, principalmente para Coração de Maria e Feira de Santana.

Mesmo com essa centralidade nos produtos citados, a produção era diversificada, a destacar: mandioca mansa (baixo teor de ácido cianídrico-HCN, como o aipim) e brava (alto teor de ácido cianídrico, da variedade de mucuri, palmeira prata, platina etc.), abóbora, batata, andu, mangalô, feijão, milho e frutas como acerola, manga, cajá, maracujá, caju, seriguela etc.

Além da produção de alimentos, predominava a criação de pequenos animais (aves, suínos, caprinos e ovinos), (Pesquisa de Campo, 2022).

Já na década de 80, o abacaxi saiu de cena e a cultura do fumo, na época a maior fonte de renda familiar, hoje apenas praticada por cinco moradores. Na década de 90, a mandioca toma o lugar da cultura do fumo e passa a ser a cultura de maior relevância para os agricultores da comunidade, na produção de farinha tanto para a comercialização quanto para o consumo da família. Além da farinha, os derivados da mandioca, como beiju, massa puba, bolos, cuscuz, faziam parte da culinária local e na alimentação animal (Pesquisa de Campo, 2022).

O fabrico de derivados da mandioca também teve sua história na comunidade, passando por um instrumento conhecido como "rodete", uma roda giratória com um ferro ao meio que era acoplada a uma bola cheia de serrilha, que ralava a mandioca através da força bruta de dois homens que ficavam um de um lado e outro do outro, para que uma mulher realizasse o processo de ralar a mandioca e transformá-la em massa, a qual iria para uma prensa e posteriormente era passada em uma pepineira, para ser mexida em um forno de pedra de forma manual. O forno e a atividade de mexer/fabricar a farinha de forma manual ainda é uma realidade da comunidade.

Ainda na década de 90, havia na comunidade, duas agroindústrias (casas de farinha) com energia elétrica em uma delas, trabalhava com uma capacidade de produção média de 80 a 100 sacas de farinha por semana, sendo desativada por falta de matéria prima, algo que comprova a redução do cultivo.

Na evolução da produção, foi inserido o motor a diesel, que elimina a figura do rodete e posteriormente, o motor elétrico que substituiu o motor a diesel, utilizado até os dias atuais, e hoje a comunidade conta com uma casa de farinha mecanizada e três com equipamentos de operação manual.

Em 2015, houve uma seca na região que dizimou uma grande variedade das sementes de mandioca, que há anos eram cultivadas pelos agricultores como suas sementes crioulas. Pouquíssimos agricultores ficaram com suas sementes, devido à estiagem que perdurou por três anos consecutivos. Além da produção de mandioca, que foi diretamente afetada, as demais culturas e animais também tiveram uma redução significativa do plantel, devido à falta de alimentos e à alta do preço das rações, tornando inviável a sua criação.

No ano de 2018, volta o período chuvoso e os agricultores reconstroem sua produção e criação, muitos deles tiveram que buscar manivas em outras comunidades, às vezes vendidas em feixes na feira livre diante da falta da semente. Vale salientar que a produção de mandioca teve uma queda significativa na comunidade: antes, se plantava em média 100 tarefas de mandiocas, passando para 30 tarefas.

A mudança só ocorreu após a inserção da agroecologia. A ciência do movimento foi apresentada aos agricultores através das organizações da sociedade civil, em especial a CEDITER, através da assistência técnica que vem buscando alertar a população para a necessidade de resgatar costumes e tradições deixados pelos seus antepassados na busca da preservação dos elementos naturais e da garantia da sua disponibilidade para as futuras gerações.

A agroecologia fornece as bases para desenhar e manejar os agroecossistemas, a fim de que sejam produtivos e sustentáveis, e garanta, hoje o futuro, as condições para que plantas medicinais, aromáticas e cosméticas, madeiras, água, ar puro, solos e paisagens protegidos (CALDART, 2012, p. 66).

No que se refere à questão agrária na comunidade, através da pesquisa foi observado que os moradores agricultores, em sua maioria, eram diaristas de fazendeiros, meeiros ou arrendatários, que ao longo da vida lutaram junto aos filhos para sobreviverem.

Atualmente, a produção de alimentos na comunidade do Quebra Fogo, vem da produção dos agricultores familiares através do plantio em sequeiro. É uma produção baseada nos princípios da agroecologia, onde os agricultores têm em sua cultura a integração dos subsistemas da propriedade, a criação de pequenos animais oferece o adubo para o solo, que irá receber as sementes para o plantio dos diversos produtos: mandioca (manihot esculenta), feijão (Phaseolus vulgaris), batata doce (Ipomoea batatas), abóbora (Cucurbita), laranja(Citrus x sinensis), lima (Citrus × aurantiifolia), caju (Anacardium occidentale), manga (Mangifera indica), cajá (Spondias mombin), maracujá (Passiflora edulis), coco (Cocos nucifera), andú (Cajanus cajan), mangalô (Dolichos lablab), fava (Vicia faba), banana (Musa), acerola (Malpighia emarginata), siriguela (Spondias purpúrea), abacaxi (Ananas comosus), pinha (Annona squamosa), etc.

Em decorrência das questões vivenciadas historicamente e consequentes dificuldades, a comunidade vem intensificando a discussão sobre a diversificação da produção de alimentos, na forma do resgate dos saberes tradicionais, adotando práticas agroecológicas que garantam uma maior sustentabilidade da produção.

A produção local é organizada através da Associação Rural da Região do Quebra Fogo, fundada em 31 de março de 1999 e que vem ao longo da sua história desenvolvendo projetos

voltados para a melhoria da infraestrutura da comunidade e ao desenvolvimento econômico, cultural, ambiental e social. Exemplos de projetos desenvolvidos foram: energia elétrica, construção de cisternas de produção e de consumo, titulação de terra, assistência técnica, feira dos agricultores, etc.

No que se refere à produção de alimentos, dentro da Associação encontra-se o Grupo Produtivo Sabores do Quebra Fogo, que surge em uma subversão à realidade concreta, minada pelas consequências da Questão Agrária, onde essas pessoas tiveram seus direitos básicos de vida e reprodução social negados.

Mulheres que antes eram exploradas em casas de famílias, fazendo trabalho doméstico, em subempregos, produzindo sem agregação de valor, trabalhando de forma "escrava" e servindo para perpetuação do capital, enxergaram na produção de alimentos a oportunidade de promoção econômica e social de forma digna, através da economia solidária e do cooperativismo.

Sobre a infraestrutura da produção na comunidade, ela acontece através das pequenas propriedades e, na maioria das vezes, não está adequada para a produção de alimentos. Os(as) agricultores (as) se encontram descapitalizados, comprometendo a produção dos alimentos e a sua comercialização. Os(as) agricultores(as) também não dispõem de um transporte na comunidade que atenda à necessidade de colocar uma simples barraca na feira.

A infraestrutura, como espaço de produção, água para produção e consumo, e meio de locomoção da comunidade, vem sendo melhorada. Antes a comunidade não tinha um espaço de produção adequado para beneficiar e agregar valor à produção, hoje se encontra com outra realidade, bastante positiva e motivadora devido ao acesso à editais que garantiram mais equipamentos, adubos e outros objetos que promovem a valorização do homem e da mulher do campo.

A partir de 2019, os(as) agricultores(as) vem melhorando seu processo de produção, pois a partir desse momento, vários equipamentos necessários para ajudar na produção dos alimentos foram adquiridos por meio dos projetos, além da compra e doação, dentre esses equipamentos temos: triturador de mandioca, kit fecularia, bacias, balcão e, recentemente, foram adquiridos um freezer, uma seladora a vácuo e caixas para colheita. Além dos equipamentos, foram feitas melhorias no espaço, como a colocação de forro e piso.

3.3 IMPORTÂNCIA E AS AÇÕES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DA ASSOCIAÇÃO

A Associação Rural da Região do Quebra Fogo vem buscando, através da produção de alimentos, a integração da comunidade e, sobretudo, realizando um trabalho com a permanência da juventude camponesa. Nesse sentido, vem desenvolvendo diversas ações de apoio e incentivo à produção de alimentos local, a iniciar pela infraestrutura. Ao iniciar, as mulheres não tinham um espaço específico para desenvolver o trabalho, sendo que a produção acontecia na cozinha de uma das mulheres.

Hoje a comunidade já tem um espaço de produção que garante aos moradores o direito à liberdade e autonomia para organizar outros projetos, mas estão sempre no processo de movimento por novas parcerias a fim de ter o espaço desejado por todos.

Dentre as atividades realizadas na comunidade, destacamos as assembleias na Associação Rural da região do Quebra Fogo, que se configuram como um espaço deliberativo entre os(as) agricultores(as) que buscam discutir seus projetos.

Durante o período da pesquisa, esses momentos na comunidade foram constantes e resultaram em ações bastante motivadoras para os moradores. Dentre elas: a elaboração de proposta de projeto para o edital emergencial do Projeto Bahia Produtiva, de forma coletiva, que se aproximou do objetivo da nossa pesquisa em relação às estratégias na produção dos alimentos, através da aquisição de equipamentos, adubos e maquinários, que foram adquiridos pelos(as) agricultores(as), trazendo consigo uma nova realidade para a comunidade, no que diz respeito à produção de alimentos e agregação de valor da produção.

Outro ponto positivo foi a inovação tecnológica vivenciada pela comunidade ao aprender a trabalhar com o aplicativo para realização das compras relacionadas ao projeto.

As parcerias estabelecidas com a comunidade, vem ampliando a sua organização e apresentando novas estratégias de produção, principalmente no fabrico dos derivados da mandioca (goma, massa puba, massa de aipim, bolos). Além dos derivados da mandioca o grupo trabalha com a diversidade da produção, uma atividade bastante importante é o aproveitamento das frutas na comunidade que o grupo transforma em alimentos.

Nesse contexto, a comunidade do Quebra Fogo, vem se tornado uma referência no que tange à organização social e comunitária, sendo perceptível devido às ações de enfrentamento e luta na perspectiva de uma mudança da sua realidade. Dessa forma, a comunidade vem, a cada dia, se modernizado e conquistando espaços nunca antes acessados, criando uma consciência política na busca da transformação local.

Dessa forma, a mesma com ajuda dos parceiros vem criando um cenário de desenvolvimento e resistência na luta por uma produção organizada, contribuindo para uma melhor qualidade de vida e aumento de renda.

Nesse viés, a comunidade traz um novo olhar para a produção de alimentos, ao mesmo tempo tornando-os mais seguros da sua contribuição como sujeitos, que trabalham em prol de levar um alimento saudável para a população.

Foi a partir desse cenário que construímos o DRP com os agricultores(as) e, de posse dos resultados, elencamos algumas ações a serem desenvolvidas. Após a aplicação do DRP na comunidade, foram pensadas atividades que contribuíssem com as demandas apresentadas.

Uma das ações pensadas a fim de sanar a maior dificuldade apresentada, a falta de recursos financeiros, foi a escrita e aprovação de projetos para ajudar a produção local. O primeiro projeto foi escrito através da abertura do EDITAL 15 da Companhia De Desenvolvimento Regional - CAR classificado como emergencial, o mesmo foi escrito em julho de 2020, durante o momento pandêmico, sendo aprovado um montante de 50 cinquenta mil reais para aquisição de equipamentos mini tratorito, freezer, seladora a vácuo, caixas coletoras, adubo e carro de mão.

Com essa ação foi observado uma ampla motivação por parte dos(as) agricultores(as) da comunidade, possibilitando assim, equipar a agroindústria local (figura 2).



Figura 2. Entrega de equipamentos aos agricultores com os recursos do projeto aprovado, em 2020.

Fonte: Registros Fotográficos da Autora, 2020.

A segunda ação desenvolvida foi a escrita de outro projeto, aprovado na Secretaria de Promoção a Desigualdade Racial – SEPROMI, que teve como objetivo capacitar 30 trinta mulheres negras na temática de racismos e nos derivados de mandioca durante um período de seis meses. O mesmo aconteceu através de 08 oficinas onde as mulheres aprenderam a fazer vários produtos derivados da mandioca e participaram de palestras sobre racismo. Durante as

palestras tivemos participação de mulheres negras advogadas e outros profissionais para falar da temática, foi uma atividade de grande relevância (figura 3).

Figura 3. Atividades desenvolvidas com os agricultores a partir da aprovação do projeto Edital SEPROMI.



Fonte: Autora 2021.

Além da submissão e aprovação dos projetos também traçamos como objetivo, capacitar os agricultores na busca do alvará de funcionamento e da vigilância sanitário da agroindústria comunitária, para tal ação foi necessária realizar uma visita ao posto da vigilância sanitária para solicitação do requerimento, nesse momento fomos informados que na Classificação Nacional de Atividade Econômica CNAE da associação não constava a atividade voltada para mandiocultura, mesmo sendo uma comunidade onde a maioria planta mandioca, algo observado durante as visitas.

Dessa forma, buscamos a organizar a associação para a inclusão da atividade ao CNAE específico, sendo necessário a aquisição do certificado digital, algo feito com a figura de um contador para dar entrada junto à Receita Federal a fim da inclusão da atividade.

De posse do documento os manipuladores de alimentos da agroindústria, realizaram exames e solicitaram os atestados de sanidade para o trabalho da mesma, outra ação foi a coleta de água para análise. Com toda a documentação em mãos demos entrada no alvará, algo que aconteceu em 22/11/2022, tornado a associação a primeira agroindústria do município com o alvará da vigilância (figura 4).

Figura 4. Organização da Agroindústria para emissão do alvará de funcionamento, em 2022.



Fonte: Autora, 2022.

Com a agroindústria regularizada, nossos esforços se voltaram à qualificação da produção local. Para isso recorremos a um banco de material genético de variedades da mandioca de mesa (aipim da variedade eucalipto), na busca de uma matéria prima uniformizada para comercialização escalonada. As manivas vieram da cidade de Cruz das Almas-BA, onde foi distribuído a todos os moradores que pretendiam cultivá-la. Com essa ação, conseguimos aumentar o plantio de mandioca em 40 tarefas, algo bastante positivo para a comunidade, visando um fortalecimento da economia local. Essa ação possibilitou que a comunidade tenha uma mandioca de mesa de forma padronizada e um material genético de alta aceitação no mercado consumidor (figura 5).

Figura 5. Entrega de manivas (aipim da variedade eucalipto), para a padronização da produção em 2022.



Fonte: Registros Fotográficos da Autora, 2022.

Com a entrega das sementes e a regularização da agroindústria buscamos aperfeiçoar ainda mais a produção, para tal realizamos a oficina de rotulagem, que aconteceu na comunidade no mês de dezembro de 2022 com os manipuladores de alimentos, os quais

realizam a produção de alimentos na agroindústria com objetivo de acrescentar a tabela nutricional, a exemplo da goma de tapioca (figura 6). Tal ação contribuiu para uma melhor agregação de valor e atendimento às exigências da legislação e do mercado local no requisito de rotulagem.

Figura 6. Goma de tapioca com a rotulagem finalizada, em 2022.



Fonte: Registros Fotográficos da Autora, 2022.

A rotulagem dos produtos propiciou ampliar a comercialização e apresentar a produção em outros espaços, como no Encontro Estadual de Economia Solidária, que aconteceu de forma virtual e foi uma plataforma que fez uma ampla divulgação dos alimentos da comunidade em rede estadual (figura 7).

Figura 7. Comercialização dos produtos em feira e eventos, em 2022.



Fonte: Registros Fotográficos da Autora, 2022.

Além das ações apresentadas também foram desenvolvidas diversas reuniões com os agricultores/as, no sentido de planejar as novas ações e avaliar as desenvolvidas. As reuniões aconteceram sempre na associação da comunidade, no último domingo de cada mês. Durante a pesquisa realizamos de 24 reuniões com a participação de 45 a 50 pessoas, em cada.

4 – CONCLUSÕES

O objetivo desta pesquisa consistiu em desenvolver, a partir da aplicação da ferramenta do Diagnóstico Rural Participativo – DRP, estratégias que contribuíssem para a melhoria do desenvolvimento e fortalecimento da produção local de alimentos. Nesse sentido, as ações apresentadas foram resultantes desenvolvidas a partir dos resultados do Diagnóstico e pensadas/planejadas em conjunto com a comunidade.

O DRP evidenciou que um dos maiores desafios dos produtores locais refere-se à falta de recurso financeiro, que impede em avançar na produção de alimentos na comunidade, assim como, a necessidade de melhorias no espaço físico de produção, qualificação dos(as) produtores(as) e no produto final.

Nesse sentido, foram realizadas reuniões, oficinas, submissão de projetos a editais de apoio e fomento à produção, regularização da agroindústria, qualificação dos produtores(as) e do produto final.

O conjunto de ações desenvolvidas foram de fundamental importância para elevação da autoestima dos agricultores(as), ao tempo em que contribuiu diretamente no fortalecimento na produção de alimentos da comunidade tradicional do Quebra Fogo, consequentemente criando possibilidades para a garantia da reprodução social.

Aprovar projetos, melhorar através, dos recursos obtidos, o espaço de produção, regularizar a agroindústria, qualificar os(as) agricultores(as) e o produto final, renovou nos(as) agricultores(as) a esperança de fortalecimento da agricultura familiar na comunidade, principal atividade e, na maioria das vezes, única fonte de renda local.

Para a comunidade, o desenvolvimento da pesquisa foi de grande importância social, devido a sua essência em tocar em pontos que desencadeou a transformação da produção e outros elementos que são inerentes à categoria dos agricultores.

Como estudante do curso de tecnologia em alimentos e moradora da comunidade, a pesquisa foi de grande valia, pois foi tocando em pontos bastante relevantes na questão da produção, bem como, a questão da terra e água assim como outros elementos que estão de fato interferindo na produção local, ao mesmo tempo abrindo debates para o enfrentamentos da problemática.

Por fim, como perspectiva futura objetivamos continuar na busca de estratégias de fortalecimento da produção local, qualificando os(as) agricultores(as) e principalmente conscientizando a todos e todas quanto aos seus direitos. Essa pesquisa consistiu numa importante ferramenta de mobilização, formação e fortalecimento da comunidade.

6 – AGRADECIMENTOS

A Deus, pela minha vida e por me ajudar a passar por todos os obstáculos encontrados durante a minha permanência no curso.

Aos meus pais, irmão, amigos, colegas, meus filhos Deyvidi, Davy e Yan, que por diversas vezes precisaram da minha presença e compreendiam a minha ausência, meu companheiro Ivan, que muitas das vezes, segurou a barra familiar enquanto eu me dedicava à realização deste trabalho.

A minha comunidade, em especial aos(as) agricultores(as) que me possibilitaram conhecer e descobrir o universo fantástico que se estabelece na produção de alimentos local.

Ao colegiado do curso de tecnologia de alimentos e a todos os professores, em especial a banca examinadora composta pelas professoras Liz Oliveira e Jéssica Ribeiro e a professora Kássia Rios, junto ao seu núcleo de pesquisa, que permitiu um melhor desempenho no meu processo de formação acadêmica.

7 – REFERÊNCIAS

ARMANI, D. Como elaborar projetos? Guia Prático para Elaboração e Gestão de Projetos Sociais. Porto Alegre: Tomo editorial, 2002.

BATISTA, Marize Damiana Moura Batista e. A QUESTÃO AGRÁRIA MOVENDO A MIGRAÇÃO DE JOVENS NO/DO CAMPO EM IRARÁ (BA): Uma análise socioespacial. 396f. **Tese** (Doutorado em Geografia). Instituto e Geociências. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2018.

BATISTA, Jacileia Goes Batista e. O CURRRICULO DO ENSINO FUNDAMENTAL I DE UMA ESCOLA RURAL DO MUNICIPIO DE IRARA(BA): Uma análise do trabalho pedagógico do professor a partir dos referenciais da pedagogia do professor a partir dos referenciais da educação do campo.37f. **Monografia** (licenciatura em pedagogia). Faculdade regional de Filosofia, Ciências e Letras de Candeias-FAC. Irará 2020.

CALDART, S. R, PEREIRA, BI, ALENTEJANO, P, G, FRIGOTTO. **Dicionário de educação do Campo**. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, expressão popular, Rio de Janeiro,

ESTEVES, E. V. **O Negócio da Comida**: quem controla nossa alimentação. 1ed, São Paulo: Expressão Popular, 2017.

IBGE. IBGE. Cidades e Estados. 2017. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/irara.html. Acesso: maio, 2022.

IBGE. IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/irara.html. Acesso: junho, 2021.

PRIMAVESI, A. **Manual do solo vivo:** solo sadio planta sadia ser humano sadio. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

SINGER, Paul. Prefácio: um olhar diferente sobre a economia solidária. In: FRANÇA FILHO, Genauto C. de.; LAVILLE, Jean-Louis. **Economia Solidária:** uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p.05-09.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico Rural Participativo**: guia prático de DRP. Brasília: MDA. 2010.

APÊNDICE 1

Estrutura do questionário aplicado - Levantamento Socioeconômico da Comunidade do Quebra Fogo.

| 1. | Nome do Agricultor/a (opcional): | | | | | | |
|----------------|------------------------------------------------------------------------------------|--|--|--|--|--|--|
| 2. | É chefe de família? | | | | | | |
| 3. | Tem Declaração de Aptidão ao Pronaf-DAP | | | | | | |
| 4. | Quantidade de filhos? Faixa etária: | | | | | | |
| 5. | Possui filhos que se encontram fora do município/comunidade? Quantos? Qual a faixa | | | | | | |
| etária' | | | | | | | |
| 6. | Possui terra? Qual a área da terra? | | | | | | |
| 7. | Qual a situação documental da terra? | | | | | | |
| 8. | Quantos filhos constituíram famílias na propriedade dos pais? | | | | | | |
| 9. | Qual a fonte de renda da família? Bolsa família; Produção agrícola e pecuária; | | | | | | |
| Aposentadoria? | | | | | | | |
| 10. | Quais políticas públicas a família consegue acessar? Bolsa Família? Seguro Safra, | | | | | | |
| Habita | ação Rural, Pronaf, Cisterna, PAA, PNAE etc. | | | | | | |
| 11. | O que consome na alimentação? Café: Almoço: Jantar: | | | | | | |
| 12. | Quais alimentos são produzidos na propriedade? | | | | | | |
| 13. | As sementes utilizadas no plantio vêm de onde? Se for da propriedade quantos anos | | | | | | |
| possu | possui? | | | | | | |
| 14. | Realiza algum beneficiamento da produção? | | | | | | |
| 15. | O que interfere na produção de alimentos na propriedade? Terra; Água? | | | | | | |
| 16. | A água é um fator que preocupa a família? Como ela está presente na vida na | | | | | | |
| comunidade? | | | | | | | |
| 17. | Realiza algum beneficiamento da produção? | | | | | | |
| 18. | O que interfere na produção de alimentos na propriedade? Terra; Água? | | | | | | |
| 19. | Quais as dificuldades enfrentadas pela família na produção de alimentos? | | | | | | |
| 20. | Conhece a Associação? É sócio? | | | | | | |
| 21. | Como era a produção de alimentos na comunidade há 40 anos? | | | | | | |
| 22. | Quais alimentos eram cultivados há 40 anos? | | | | | | |
| 23. | Quais alimentos são cultivados hoje? | | | | | | |
| 24. | Como era trabalhado o solo há 40 anos? | | | | | | |
| 25. | Como é trabalhado o solo atualmente? | | | | | | |
| 26. | Tinha nascentes na comunidade? Quais? E hoje? | | | | | | |
| 27. | Quais os avanços observados pela família na comunidade? | | | | | | |